

Curso Complementar de Direito do Desporto (CC4)

Questões constitucionais

1. O desporto na CRP
2. O desporto na jurisprudência do TC
 - 2.1. Justiça desportiva – acesso ao Tribunal Constitucional
 - 2.2. Ilícito disciplinar desportivo
 - 2.3. Relação laboral do praticante desportivo
 - 2.4. Igualdade entre praticantes desportivos
 - 2.5. Direito ao desporto

Jurisprudência do TC seleccionada (por ordem cronológica)

Acórdão n.º 472/89 (natureza das normas aprovadas pela FPF)

Acórdão n.º 730/95 (natureza das normas aprovadas pela FPF; responsabilidade dos clubes pelos distúrbios dos adeptos nos recintos desportivos)

Acórdão n.º 178/97 (relação laboral do praticante desportivo; falta audição associações sindicais)

Acórdão 128/98 (direito do praticante desportivo à compensação por caducidade do contrato de trabalho)

Acórdão n.º 473/98 (recurso de decisão do Conselho de Justiça da FPF; pressupostos do recurso de constitucionalidade; não exaustão dos recursos ordinários)

Acórdão n.º 488/98 (recurso de decisão do Conselho de Justiça da FPF; pressupostos do recurso de constitucionalidade; exaustão dos recursos ordinários)

Acórdão n.º 486/2003 (Igualdade entre atletas portadores de deficiência e atletas não portadores de deficiência)

Acórdão 391/2005 (natureza das normas do Regimento da FPF; recurso de constitucionalidade; questão estritamente desportiva; exaustão recursos ordinários; natureza das decisões do CJ da FPF para efeitos de interposição de recurso de constitucionalidade)

Acórdão n.º 597/2005 (*idem*)

Acórdão n.º 139/2006 (distância entre campos de tiro e habitações; direito ao desporto)

Acórdão 633/2006 (publicidade às apostas mútuas hípcas)

Acórdão n.º 181/2007 (Comissão Arbitral da Liga Portuguesa de Futebol Profissional; tribunal arbitral; relação laboral do praticante desportivo)

Acórdão 199/2009 (relação laboral do praticante desportivo; indemnização por rescisão com justa causa por iniciativa daquele)

Acórdão 353/2009 (Infracção disciplinar; desclassificação de clube)

Acórdão 22/2009 (arrendamento prédio rústico para a prática actividade desportiva; incumbências do Estado na promoção do direito ao desporto)